

demonizados por todos os crimes que cometeram, como se os acordos de paz não tivessem ocorrido, como se nenhum crime tivesse sido cometido contra eles e como se eles fossem criminosos comuns. A direita formula esse estigma com o slogan de que os ex-guerrilheiros usurpam o campo democrático para impor o “castro-chavismo”. O pós-conflito está a ser reconceitualizado como conflito por outros meios só aparentemente mais democráticos.

As diferentes forças de esquerda reformistas temem qualquer associação com as Farc, agora partido político. Ao fazerem isso, correm o risco de se colocar no campo da paz neoliberal e, portanto, no campo ideológico da direita. De uma forma ou de outra, as forças de esquerda correm o risco de se renderem à lógica dos que clamam contra o “castro-chavismo”. Se interiorizarem a ideia de que têm de “lavar” a imagem da esquerda, de purificá-la, mesmo que para isso seja necessário retocá-la com cores de direita, isso será um caminho de desastre. Para fugir ao “inferno venezuelano”, podem cair na mais diluída versão da social-democracia europeia. Se não se unirem, as diferentes forças de esquerda não poderão realizar um programa de esquerda, mesmo que uma delas conquiste o poder. Tal como aconteceu no passado, podem mesmo acabar por aliar-se com forças de direita.

Ao deixar-se prender na armadilha do dilema entre política como dantes ou castro-chavismo, as forças de esquerda se autoexcluem do campo em que seria possível a unidade com base num programa unitário de esquerda. Esse campo incluiria temas como: a defesa do processo de paz entendida como paz democrática; a luta contra a enorme desigualdade social e os fascismos sociais que ela cria; a defesa dos processos populares de gestão de terras, de formas de economia solidária, sobretudo nas regiões mais afetadas pelo conflito armado; democratização da democracia, aprofundando-a e ampliando-a; reforma do Estado para blindá-lo contra a privatização das políticas

públicas em consequência da corrupção e do abuso de poder; e um distanciamento, mesmo que gradual, em relação aos desígnios do imperialismo. Para tudo isso, seria necessário que o curto prazo fosse visto como parte do longo prazo, ou seja, seriam necessários um horizonte político e uma visão de país que não se confinasse aos cálculos eleitorais do momento.

Os candidatos e as candidatas têm salientado a necessidade de buscar entendimentos e alianças entre as forças de esquerda. Uma das candidatas, Clara López, em comunicação pública de 11 de janeiro de 2018, identificava os pontos de convergência e de divergência entre as diferentes forças de esquerda e exortava-as a articularem-se e a negociarem uma agenda comum assentada nas convergências, com vista a construir “uma grande coligação progressista”. Apresentava um roteiro concreto no caminho da convergência:

- 1) Dentro da tradição pluralista de nossas diversas perspectivas políticas e sem abandonar as diferenças que caracterizam nossos ideários, acordamos em convocar, de maneira conjunta, nossos concidadãos a voltar a sonhar com uma Colômbia em paz, de prosperidade partilhada, livre de corrupção e amiga da natureza.
- 2) Ao submeter-nos a uma consulta interpartidária no próximo mês de março, reconhecemos a liberdade de condução da candidatura que triunfe, dentro do programa aprovado por uma convenção do partido ou movimento dessa candidatura, com a participação dos outros setores da consulta e seus aliados, que conformarão uma coligação que se compromete a governar a Colômbia dentro do total compromisso com as instituições, a paz, a democracia, o respeito da diferença e a transformação social.³

³ Clara López Obregón, “Coalición progresista. Dialogando podremos identificar acuerdos y explorar las bases para llegar unidos a

E conclui que estaria disposta a aceitar a fórmula de convergência que reunisse mais consenso. Se não fosse possível, seria candidata. Aparentemente, numa demonstração de que o passado pesa mais que o futuro entre as esquerdas colombianas, haverá três listas de esquerda nas próximas eleições legislativas de março: a lista da Farç, a lista de Gustavo Petro e Clara López e a lista do Polo Democrático, liderada por Jorge Robledo. Avizinha-se a derrota, de novo, e desta vez pode ser fatal para a presença da esquerda no Congresso. Impacto da divisão nas eleições presidenciais que se seguirão dois meses depois?

México: a fratura entre a institucionalidade e a extrainstitucionalidade

Se há país em que a democracia liberal está desacreditada, esse país é o México. Há muitos outros em que a democracia é de baixíssima intensidade ou mesmo uma fachada, mas em que isso é amplamente reconhecido. Entretanto, talvez pela história revolucionária e pelo fato de durante décadas ter sido governado por um só partido, o PRI (Partido Revolucionario Institucional) (entre 2000 e 2012 esse tipo de governo foi assegurado pelo PAN, Partido Acción Nacional, de direita), o México é um caso bem específico a esse respeito. Combina um exuberante drama democrático, sobretudo em períodos eleitorais, com o reconhecimento público e notório de irregularidades, restrições e exclusões que o distanciam do país real. As críticas às práticas democráticas vigentes são talvez a forma mais genuína de vivência democrática no México. O drama

La primera vuelta”, *El Tiempo*, 11 jan. 2018. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/opinion/columnistas/clara-lopez-obregon/coaliccion-progresista-coaliccion-colombia-169794>; acesso em: 16 fev. 2018.

mais democrático é o da falta de democracia. As recorrentes fraudes eleitorais, a altíssima criminalidade violenta contra cidadãos inocentes por parte do crime organizado associado a setores do Estado, o sistema eleitoral excluído, a farsa da soberania nacional em face do servilismo em relação aos Estados Unidos, o abandono a que estão relegados os povos indígenas e a repressão militar a que estão sujeitos sempre que resistem, tudo isso revela uma democracia de baixíssima intensidade. Ainda assim, as instituições constitucionais funcionam com a normalidade própria de um Estado de exceção normalizado.

Nesse quadro, e para me limitar ao tema que aqui interessa – o da articulação ou da unidade entre forças de esquerda –, a primeira questão é saber se há várias forças de esquerda no México. Faz parte do drama democrático do país que essa questão seja altamente controversa. Sabe-se que há várias forças de direita com diversos candidatos presidenciais de direita. Sabe-se também que, tal como acontece noutros países, as forças de direita têm sido capazes de se unir sempre que se sentem ameaçadas por forças que consideram ser de esquerda. Onde estão as forças de esquerda?

Há que se fazer uma primeira distinção – que, aliás, só alguns aceitam – entre a esquerda institucional e a esquerda extrainstitucional. A esquerda institucional são os partidos. Há partidos de esquerda no México? O único partido com presença nacional que se pode considerar de esquerda é o Morena, liderado por Andrés López Obrador (conhecido por AMLO), várias vezes candidato à presidência da República e que nas eleições de 2012, tal como nas de 2006, teria sido provavelmente vítima de fraude eleitoral.

Dando alguma credibilidade ao dito que se ouve frequentemente de que o México está muito longe de Deus e muito próximo dos Estados Unidos, convém saber o que pensa o império a esse respeito. E o império não tem

dúvidas de que AMLO é o perigoso demagogo de esquerda, líder de um partido socialista que se recusa a ver os enormes benefícios que o neoliberalismo gerou para o país depois do Tratado de Livre Comércio. Um dos principais porta-vozes do império, o *The Wall Street Journal*, não tem dúvidas a respeito e, na edição de 8 de janeiro de 2018, considerou pouco convincente a posição política mais moderada que AMLO tem defendido, salientando, sobretudo, a luta contra a corrupção. Considera chocante que AMLO tenha proposto em dezembro passado a anistia ao crime organizado e conclui duvidando de que os eleitores mexicanos acreditem na recente moderação desse “demagogo *leftist*”⁴.

Concorde-se ou não com o diagnóstico do império, a verdade é que o império teme a eleição de AMLO. Como o império não faz esse diagnóstico preocupado com o bem-estar dos mexicanos, mas antes preocupado com a proteção de seus interesses, e como considero que esses interesses são contrários aos da grande maioria dos mexicanos, isso é suficiente para assumir que AMLO representa uma força de esquerda. Para o argumento que defendo, é importante saber, sobretudo, se ele poderá levar a cabo um programa de esquerda no caso de ser eleito. Tenho defendido que só uma ampla unidade entre forças de esquerda pode garantir tal objetivo. Essa posição tem sido defendida no México, mesmo reconhecendo que, tal como acontece noutros países, as forças de esquerda têm tido uma forte tendência a polarizar suas divergências, as quais muitas vezes expressam mais choques de personalidade que choques programáticos. Infelizmente, não parece estar no horizonte de AMLO realizar articulações

com outras forças de esquerda eventualmente existentes. Pelo contrário, o que se prefigura é, entre outras, uma coligação com um partido conservador, o PES (Partido del Encuentro Social), partido com forte componente evangélico, militantemente oposto à diversidade sexual, à proteção de minorias sexuais e à descriminalização do aborto. Algumas feministas têm-se insurgido contra a ideia de que os fins justificam os meios e que o importante é ganhar as eleições. Aceitam articulações, mas não a cedência em princípios e conquistas sociais resultantes de duras lutas.

Parece, pois, concluir-se que não se afigura possível, ao menos agora, uma articulação entre forças de esquerda institucionais no México. Mas, como disse antes, uma das características mais específicas do drama democrático mexicano é ele não se entender sem a distinção entre esquerda institucional e esquerda extrainstitucional. Pelo menos desde 1994, a esquerda institucional mexicana vive assombrada pelo espectro da emergência de uma esquerda insubmissa e insurrecional, uma esquerda que se coloca fora do sistema das instituições democráticas precisamente por não as considerar democráticas. Refiro-me ao movimento zapatista do EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) e a seu levantamento em armas em janeiro daquele ano. O levantamento que foi armado num breve período inicial de doze dias logo se transformou num vibrante movimento com forte implantação no sul do México, que progressivamente conquistou aderentes em todo o território mexicano e em diferentes países. Com grande criatividade discursiva, em que brilhou o subcomandante Marcos, e com múltiplas iniciativas que deram visibilidade crescente ao movimento, os zapatistas têm defendido uma alternativa anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal, assentada na auto-organização dos grupos sociais oprimidos, uma organização construída de baixo para cima e governada

⁴ Mary Anastasia O’Grady, “The Reinvention of Mexico’s López Obrador”, *The Wall Street Journal*, 8 jan. 2018. Disponível em: <http://online.wsj.com/public/resources/documents/print/WSJ_A015-20180108.pdf>; acesso em: 16 fev. 2018.

democraticamente segundo o princípio de “mandar obedecendo” dos povos indígenas das montanhas de Chiapas. Ao longo dos anos, os zapatistas assumiram consistentemente esses princípios e surpreenderam o México e o mundo com novas formas de organização comunitária, ancoradas em princípios ancestrais, com iniciativas transformadoras de governo, de economia, de formação e de educação. Nesse processo, as mulheres assumiram um protagonismo crescente.

À medida que conquistou adeptos, a postura extrainstitucional dos zapatistas começou a ser vista pela esquerda institucional como ameaça. Sua recusa em apoiar candidatos ou partidos de esquerda nos processos eleitorais foi considerada pela esquerda como uma postura que favorecia a direita. Ao longo dos anos, as relações dos zapatistas com as instituições do Estado mexicano foram complexas e nem sempre de confronto. Pouco tempo depois de terem abandonado as armas, os zapatistas entraram em negociações com o governo com o objetivo de ver reconhecidas as reivindicações dos povos indígenas. Em fevereiro de 1996, foram assinados os acordos que ficaram conhecidos por Acuerdos de San Andrés, por terem sido assinados no povoado San Andrés Larrainzar de Chiapas. Tais acordos nunca foram cumpridos, e isso passou a constituir para os zapatistas mais uma demonstração da falta de credibilidade das instituições ditas democráticas.

Em tempos recentes, uma nova iniciativa dos zapatistas voltou a surpreender os mexicanos: a decisão de apresentar uma mulher indígena como candidata independente às próximas eleições presidenciais. Trata-se de Marichuy, que fundou e dirige a *Calli Tecolhuacateca Tochan*, “Casa de los Antepasados”, em Tuxpan, Jalisco. Em 2001, foi uma das mulheres indígenas que, juntamente com a comandante Esther, do EZLN, tomou a palavra no Congresso mexicano. Por iniciativa dos zapatistas

e do Congresso Nacional Indígena, a proposta foi feita pelo Conselho Indígena de Governo. Em 15 de outubro de 2017, Marichuy anunciava oficialmente sua candidatura. Significava que a esquerda zapatista abandonara a via extrainstitucional e passara a adotar a institucional? Se sim, seria a proposta dos zapatistas uma proposta de esquerda que poderia se articular ou coligar com outras forças de esquerda?

Essas perguntas faziam sentido na fase inicial da candidatura, quando começou o movimento para recolher o número de assinaturas exigido pelo Instituto Nacional Eleitoral para a apresentação de candidatos independentes. Tal movimento revelava a seriedade institucional do processo. Os zapatistas chegaram a ser acusados de se render ao “eleitoralismo” que tanto tinham criticado. A verdade é que o processo de recolher assinaturas surgiu com determinação. Era um esforço gigantesco, já que o número de assinaturas exigido era elevadíssimo, mais de 800 mil. Logo se verificou que as regras e as exigências, mesmo que feitas de boa-fé – o que foi questionado –, estavam concebidas para um México “oficial”, muito diferente do México “profundo”, onde a documentação e a infraestrutura técnica (de fotocopiadoras a celulares) não existem ou não são facilmente disponíveis. Desse modo, o processo de recolher assinaturas transformou-se em mais uma prova do caráter excludente e discriminatório do sistema eleitoral mexicano. Depois dos Acuerdos de San Andrés, era a segunda vez que as instituições do Estado mexicano revelavam seu caráter não confiável, excludente e discriminatório. Também se deve ter em mente que o processo de recolher assinaturas pode ser afetado por duas razões adicionais. Por um lado, as bases sociais do zapatismo e seus simpatizantes foram socializadas para se distanciar totalmente dos processos eleitorais. Recolher assinaturas implica para eles alguma cedência. Por outro lado, alguns que simpatizam com a

causa dos povos indígenas temem que a posição do candidato da esquerda oficial que apoiam seja fragilizada pela presença de uma candidatura indígena, que obviamente se situa à esquerda da esquerda “oficial”.

No momento em que escrevo, Marichuy continua sua campanha caracterizada pela denúncia do sistema político e institucional e pela sensibilização para as causas dos “condenados da terra”. Aproveitando um contexto político institucional por excelência, o eleitoral, Marichuy faz a pedagogia dos temas e dos povos que estão excluídos do drama democrático do México. Só por isso, a candidatura de Marichuy não terá sido um fracasso.

De tudo, conclui-se que, por ora, pelo menos, não são possíveis amplos acordos entre as esquerdas no México. A esquerda institucional vai continuar dividida como antes, e a fratura entre a esquerda institucional e a extrainstitucional apenas se agravava.

Espanha: a fratura da identidade nacional

Na Espanha, a esquerda-esquerda passou em tempos recentes por um momento excepcionalmente auspicioso. No embalo do movimento dos indignados (mais conhecido na Espanha como 15M), aproveitando a insatisfação dos espanhóis com um governo conservador massivamente corrupto (PP, Partido Popular) e a falência de uma alternativa por parte do Partido Socialista (PSOE), ele próprio desgastado por uma governança refém do neoliberalismo, nasceu um novo partido de esquerda, o Podemos. Surgiu como uma fulguração política em 2014 e teve um êxito surpreendente nas primeiras eleições a que concorreu, elegendo cinco deputados no Parlamento europeu. Além de ser um novo partido, era um partido diferente, com uma relação orgânica com o movimento social de que emergira (o movimento dos indignados).

Era também um partido novo por ser muito jovem toda a liderança. Anunciava-se o fim do bipartidismo, que emergiu com a transição para a democracia consagrada na Constituição de 1978, a alternância entre o PP e o PSOE, com o antigo Partido Comunista, mais tarde Izquierda Unida, reduzido a uma existência muito modesta.

Podemos foi a resposta daqueles e daquelas que no movimento dos indignados defendiam que o movimento das ruas e das praças devia prolongar-se no plano institucional, transformando-se em partido. Apesar de adotar a luta institucional, apresentou-se como partido antirregime da transição (pós-franquismo, iniciado com a nova Constituição de 1978), com o argumento de que esse regime tinha dado origem a uma elite ou uma casta política e econômica que desde então se expressava politicamente na alternância entre os dois partidos do regime (PP e PSOE), uma alternância sem alternativa. As posições iniciais do partido levaram alguns a pensar – erradamente, a meu ver – que se estava perante um novo populismo de esquerda, que opunha a casta ao povo. Dizia-se, aliás, que a dicotomia esquerda/direita não captava a novidade nem a riqueza programática e organizacional do partido, que era necessária uma “nova” maneira de fazer política, oposta à “velha” política. Por se tratar de um partido novo, as bases organizativas eram frágeis, mas essa fragilidade era compensada pelo entusiasmo dos militantes e dos simpatizantes.

Os difíceis caminhos da articulação entre as esquerdas. Nessas condições, não era de esperar qualquer aproximação nem articulação entre as esquerdas, nomeadamente com a Izquierda Unida e o PSOE. Aliás, a grande maioria dos adeptos do Podemos não considerava que o PSOE fosse um partido de esquerda, levando em conta as cedências que os sociais-democratas tinham feito ao neoliberalismo da União Europeia. Estávamos em período de medir forças, e esse processo era particularmente decisivo para o

Podemos. As primeiras “medições” não tinham como ser melhores. Surgido em janeiro de 2014, as pesquisas de opinião no fim de 2015 mostravam que Podemos era o segundo partido nas intenções de voto dos espanhóis, depois do PP e à frente do PSOE. As primeiras iniciativas de acordo eleitoral entre forças de esquerda vieram da Izquierda Unida, liderada por outro jovem, Alberto Garzón, depois das eleições autonômicas de 2015. Eram os primeiros sinais no sentido de unir as diferentes forças de esquerda com vista a conquistar o poder. Entretanto, Podemos decidiu, por consulta interna, que quaisquer acordos ou coligações com outras forças de esquerda deviam conter o nome Podemos. Assim foram surgindo os primeiros acordos em nível autonômico: Compromís-Podemos-Ès el Moment, na Comunidade Valenciana; Podemos-En Marea-ANOVA-EU, na Galiza; e En Comun Podem, na Catalunha. Em nível nacional, surgiu a coligação Unidos Podemos, antes das eleições legislativas de junho de 2016, a que se juntou também o grupo ecologista Equo.

As eleições de 2016 foram o primeiro sinal de que o trajeto ascendente de Podemos não era irreversível. A campanha de Podemos foi toda orientada para ultrapassar o PSOE como grande partido de oposição. Esse objetivo ficou longe de ser alcançado, tendo o PSOE obtido 22% dos votos, e o Unidos Podemos, apenas 13%. Depois da forte críspação inicial entre Podemos e PSOE, houve algumas conversações entre os dois partidos, no sentido de provocar a queda do governo conservador, mas nada foi concretizado. Os resultados das eleições foram também fracos para o PSOE, uma vez que se esperava que capitalizasse com o desgaste do governo do PP. Em face disso, as divisões no interior do partido agravaram-se, e Pedro Sánchez renunciou ao cargo de secretário-geral em outubro de 2016, depois de ser derrotado num turbulento comité federal. Nesse mesmo mês, o PSOE possibilitava, por meio da abstenção, a posse do novo governo

do PP, liderado por Mariano Rajoy. A líder regional Susana Díaz, discípula política de Felipe González, voltou a preferir a política centrada do partido e viabilizou por abstenção a posse do novo governo do PP. Numa demonstração de enorme tenacidade política, Pedro Sánchez aproveitou as alterações estatutárias que previam a eleição direta do secretário-geral em eleições primárias e voltou a conquistar a liderança do partido no 39º Congresso do PSOE, em maio de 2017. As relações entre os dois partidos melhoraram significativamente quando Pedro Sánchez retomou a liderança do partido.

Sob a sempre presente influência do fundador do partido, Felipe González, uma forte corrente dentro do PSOE recusava como princípio qualquer aliança com o Podemos e defendia o entendimento com os partidos de direita (como Ciudadanos, partido de direita liberal nascido na Catalunha e hoje presente no conjunto do Estado espanhol com o apoio de alguns setores importantes da mídia e de interesses económicos poderosos), a fim de garantir a continuação do pacto de governação e da política da alternância vigente desde a Transição. Era a reprodução da política convencional da social-democracia europeia construída na guerra fria e que continuara depois da queda do Muro de Berlim, política que, como vimos, o Partido Socialista português encerrou no fim de 2015. No entanto, o regresso de Pedro Sánchez revelava que a militância socialista estava dividida a esse respeito, por acreditar que, sem uma unidade entre as forças de esquerda, esta nunca mais voltaria ao poder e por pensar que, sem uma guinada à esquerda que permitisse recuperar os votos que tinham feito crescer o Podemos, o PSOE nunca mais voltaria ao poder.

Estavam criadas as condições para se reiniciarem as conversações de confluência entre o PSOE e o Podemos. Da parte do Podemos, passou a existir uma motivação muito mais intensa para uma articulação com toda a

esquerda. Falava-se da solução portuguesa, reconhecia-se que as transições democráticas nos dois países tinham sido diferentes, mas considerava-se que, para tentar mudar a política neoliberal europeia, era crucial que a Espanha, quinta maior economia da União Europeia, passasse a ter um governo de esquerda. Pedro Sánchez encontrou-se várias vezes com o primeiro-ministro socialista português, e consta que discutiram a coligação portuguesa. Da parte de Unidos Podemos, havia contatos, quer com o Bloco de Esquerda, quer com o Partido Comunista Português.

No novo ciclo de contatos entre o Podemos e o PSOE, tratava-se de articular reformas políticas, construir acordos programáticos e, depois, promover um governo de esquerda que pusesse fim aos anos neoliberais e corruptos do governo PP. Os sinais facilitadores da confluência estavam dados e vinham de ambos os lados. O PSOE declarava que o Podemos era “um parceiro preferencial” e que o grande objetivo era “um entendimento de esquerda no país”.

A crise da Catalunha. Estávamos em junho de 2017. Poucos meses depois, estala a crise da Catalunha, e as divergências entre os dois partidos em relação à Catalunha fizeram colapsar as conversações e o objetivo dos acordos de governança. Aliás, o desenrolar da crise mostrou que, apesar de terem se afastado, os dois partidos foram negativamente afetados pelo modo como se posicionaram perante a crise.

Para os que não sabem o que é a crise da Catalunha, eis um breve resumo: a Catalunha tem uma identidade nacional forte e historicamente enraizada, tal como outras regiões da Espanha, quais sejam, o País Basco, a Gália. Essa identidade foi muito reprimida pela ditadura franquista; depois da transição democrática em 1978, foi reconhecida a identidade catalã e sua autonomia no âmbito do Estado espanhol; ao longo das últimas décadas, os catalães lutaram pelas vias institucionais para

que o estatuto de autonomia fosse ampliado; em 2006, aceitaram o novo Estatuto de Autonomia pactuado com o governo central, mas esse estatuto foi anulado pelo Tribunal Constitucional; desde então, as relações entre Madri e Barcelona crispam-se; entretanto, o partido nacionalista e conservador que governara durante muito tempo a Catalunha, politicamente bem próximo do PP, passou a defender a independência como única via para a Catalunha ver reconhecida sua identidade e sua vontade de autogoverno; o objetivo da independência passou, então, a ter dois braços políticos, um braço de direita e um braço de esquerda, sendo que neste último tinham militado republicanos que nunca se reconheceram na monarquia borbônica (antepassados do atual rei), que no século XVIII derrotara os independentistas catalães. No dia 1º de outubro, o governo catalão realiza um referendo, considerado ilegal pelo governo central de Madri, para conhecer a vontade dos catalães a respeito da independência; o governo central tenta travar a realização do referendo pela via judicial e policial, mas, apesar das intimidações e das repressões, o referendo acontece, e a maioria dos que expressaram seu voto o fez a favor da independência; poucos dias depois, o governo da Catalunha declara unilateralmente a independência; o governo de Madri reage, acionando o artigo 155 da Constituição, e declara estado de emergência na Catalunha; suspende o governo autonômico, manda prender os dirigentes políticos e convoca eleições na Catalunha para 21 de dezembro, com o objetivo de eleger um novo governo; o líder do governo catalão, Carles Puigdemont, suspenso pelo governo central de Madri, exila-se na Bélgica e a partir de Bruxelas procura junto aos países europeus apoio para a causa catalã, que é recusado; as eleições catalãs acontecem, e os partidos independentistas voltam a ganhar; tanto o PSOE como o Podemos (que se apresentou nas eleições numa coligação de várias forças de esquerda

designada Catalunya en Comú) saem derrotados nas eleições, e a derrota do Podemos é particularmente preocupante para o partido pelas repercussões que pode ter fora da Catalunya; a coligação que governara antes a Catalunya, constituída por um partido de direita (o maior) e dois de esquerda (um de esquerda moderada e outro de esquerda-esquerda), volta a posicionar-se para governar. No momento em que escrevo (15 de janeiro), o futuro político da Catalunya é uma complexa incógnita.

Por que razão a crise da Catalunya bloqueou um acordo entre as esquerdas considerado fundamental para pôr termo ao governo conservador, objetivo partilhado pela maioria dos espanhóis? Afinal, ambos os partidos se manifestaram contra o referendo unilateralmente decidido pelos catalães e ambos os partidos defenderam a ideia de um Estado plurinacional com vista à constituição eventual de um Estado federal ou confederal; ambos os partidos se manifestaram contra a independência da Catalunya, mas o Podemos foi enfático ao afirmar que esse objetivo devia ser construído consensualmente com os catalães, e não assentado em repressões judiciais e policiais. Defendeu o direito de decisão dos catalães, baseado num referendo pactuado com o conjunto do Estado espanhol.

Mas as divergências entre os dois partidos agravaram-se entretanto. A crise da Catalunya levou o PSOE, ao contrário do Podemos, a recuar na defesa da plurinacionalidade do Estado espanhol. A plurinacionalidade (Espanha como “nação de nações”) tinha sido reconhecida no 39º Congresso do partido que reelegeru Pedro Sánchez como secretário-geral. Depois, porém, a plurinacionalidade foi eliminada como eixo central da proposta do partido de reforma constitucional. Os dois partidos divergiram fortemente quanto à aplicação do artigo 155 da Constituição e quanto à repressão jurídico-judicial em que este se traduziu. O PSOE manifestou-se a favor da declaração do estado de emergência e, de fato, acordou com o PP a aplicação do

dispositivo constitucional. Na perspectiva do Podemos, com essa decisão, o PSOE voltava a ser um dos partidos do regime contra o qual surgira o Podemos, e, por isso, as negociações entre os dois partidos deviam ser suspensas. Da parte do PSOE, o afastamento foi correspondente.

As esquerdas e a identidade nacional. Por que a crise da Catalunya pode ser particularmente negativa para o Podemos? Se nos restringirmos à Catalunya, os danos não parecem duradouros. A posição da aliança em que se integrava o Podemos era a posição aparentemente moderada do fortalecimento da autonomia pelas vias legais e constitucionais. Mas seria essa a posição das bases catalãs do partido? Estariam todas com o partido quando este afirmava o direito de decidir e ao mesmo tempo insistia que a independência não era uma boa solução nem para a Catalunya nem para Espanha? Defender o direito de decidir não implicaria o dever de aceitar o que fosse decidido? Por que insistir tanto na ilegalidade do referendo quando a esmagadora maioria dos catalães defendia o direito incondicional de decidir, ainda que estivessem divididos quase pela metade sobre o objetivo da independência?

Que havia divergências, isso tornou-se evidente quando o dirigente catalão do Podemos se declarou a favor de aceitar o resultado das eleições de dezembro – portanto, a independência – e foi prontamente demitido pela direção nacional do partido. De todo modo, em contextos de forte polarização é normal que os partidos que defendem posições mais moderadas sejam punidos pelos eleitores, mas essa situação não perdura quando a polarização se atenua, o que pode ocorrer se tivermos em mente que o independentismo não conseguiu uma vitória esmagadora, pelo contrário, e que tanto o extremo da independência como o extremo do centralismo (o partido conservador Ciudadanos) foram os vencedores das eleições.

Se considerarmos a Espanha no seu conjunto, a razão da vulnerabilidade acrescida do Podemos depois da

crise da Catalunha reside no fato de que a identidade nacional na Espanha não é, ao contrário do que ocorre em outros países, uma bandeira inequivocamente de direita. É uma bandeira de muitos dos movimentos de cidadãos e cidadãos de esquerda que se coligaram com o Podemos nas diferentes regiões autonômicas. Para elas, era importante que o Podemos distinguisse entre legalidade e legitimidade no caso do referendo dos catalães e estivesse inequivocamente ao lado dos catalães que desfavam o centralismo conservador de Madrid para exercer o direito mais básico da democracia, o direito de votar. Só assim faria sentido que fosse considerada genuína a oposição do partido à declaração unilateral de independência como resultado do referendo de 1º de outubro, declaração que, no entanto, foi imediatamente suspensa como sinal de oferta de diálogo e solicitação de mediação internacional. Ficou a dúvida nessas bases sobre de que lado estaria o Podemos em futuros confrontos de outras regiões com o centralismo de Madrid.

Terá a liderança do Podemos sido insensível à complexidade da questão da identidade nacional na Espanha? As novas lideranças da esquerda-esquerda europeia, não só na Espanha, como noutros países, foram treinadas para desconfiar de todos os nacionalismos, uma vez que na Europa eles foram sempre conservadores e estiveram na origem dos maiores crimes. Foram igualmente treinadas para dar toda a prioridade às políticas de classe, ainda que nos períodos mais recentes complementadas com políticas antipatriarais e antirraciais. Acrescenta-se a isso o fato de que na Catalunha a independência foi empunhada como bandeira por uma direita que durante décadas tinha sido servil ao governo central e, enquanto governo autonômico, tinha aplicado com zelo as políticas neoliberais contra os trabalhadores catalães.

Qualquer dessas duas vertentes do treino tem de ser reavaliada nos próximos tempos não só na Espanha,

mas em muitos outros países. Para isso, as esquerdas europeias têm de aprender com o Sul global. No que diz respeito ao nacionalismo, foi nos contextos coloniais extraeuropeus um objetivo politicamente muito mais complexo. Foi a bandeira dos povos oprimidos entre os quais havia obviamente diferenças de classe, de etnia e outras. Daí que se tenha distinguido entre o nacionalismo dos fracos ou dos oprimidos e o nacionalismo dos fortes ou dos opressores. Mas, mesmo na Europa, essa complexidade existiu historicamente. Com referência à Galiza e às diferentes nações no interior do Estado espanhol, Xosé Manuel Beiras fala de “nacionalismos periféricos”. Andaluzia foi talvez o primeiro território da Europa a ser tratado como colônia depois da mal chamada Reconquista. As formas coloniais de administração e de concentração de terras foram experimentadas na Andaluzia antes de serem aplicadas no Novo Mundo, como têm insitado os estudiosos andaluzes. Daí, o conceito de colonialismo interno que se pode aplicar tanto em contexto latino-americano como em contexto europeu. As novas lideranças de esquerda europeia nunca puderam aprender nas escolas e nas universidades que a história de seus países incluía colonialismo interno e que havia vários tipos de nacionalismo – tanto no mundo como na própria Europa.

Por outro lado, no que diz respeito à prioridade da política de classe, tem de haver no futuro uma profunda reflexão. Tenho defendido que a dominação moderna é constituída desde o século XVI por três modalidades principais de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarado. Desde suas origens, esses três modos de dominação sempre atuaram articulados. As épocas e os contextos sociais de cada país se distinguem pelo modo específico de articulação entre os diferentes modos de dominação que prevalecem. O colonialismo não terminou com o fim do colonialismo histórico. Continua hoje

sob outras formas, como o colonialismo interno, o racismo, a xenofobia e a islamofobia.

A luta contra a dominação tem igualmente de ser articulada e contemplar as três vertentes, mesmo que as ênfases e as urgências obriguem a dar mais prioridade a uma ou outra. Mas as três devem estar sempre contempladas, pela simples razão de que em certos contextos as lutas assumem versões mutantes. Por exemplo, uma reivindicação de classe pode afirmar-se sob a forma de reivindicação de identidade nacional, e vice-versa. Portanto, as forças políticas que têm êxito são as que estão mais atentas a esse caráter mutante das lutas sociais. Penso que é o caso da Catalunha. Na Espanha, as identidades nacionais são transclassistas e não podem ser minimizadas pelas forças de esquerda por esse fato. Essas têm antes de lutar com as contradições para fazer funcionar o transclassismo a favor de uma política progressista que fortaleça as posições e os interesses das classes subalternas, populares. A crise da Catalunha revelou que a “questão nacional” da Espanha só se resolve com uma ruptura democrática com o regime atual, o que pressupõe uma nova Constituição.

O Unidos Podemos está em tempo de fazer a reflexão a esse respeito – e espero que o mesmo ocorra no PSOE. Se ela tiver lugar, voltará a ser possível pensar numa unidade consistente entre as forças de esquerda, que inclua partidos e movimentos. Sem ela, as esquerdas espanholas nunca chegarão ao poder com um programa de esquerda, o que é mau para a Espanha e para a Europa.

Adendo sobre outros contextos

As questões tratadas neste texto estão presentes noutros contextos, ainda que com diferentes matizes e composições. Entre muitas outras condições que podem afetar a unidade das esquerdas em períodos pré-eleitorais, identifiquei algumas, vinculando-as a países específicos, levando em conta que todas elas ocorrem num cenário comum: a virulência de governos neoliberais fascizantes da direita conservadora, que ilustrei com o caso de Portugal. As condições que considere terem valor explicativo especial em cada país foram: a fratura do desgaste do governo (Brasil), a fratura da luta armada sob a vigilância do império (Colômbia), a fratura entre a institucionalidade e a extrainstitucionalidade (México), a fratura da identidade nacional (Espanha). Tratou-se de identificar condições dominantes, com a plena consciência de que, para além delas, estariam presentes outras. Por sua vez, qualquer dessas condições analisadas pode estar presente noutros países e noutros contextos e assumindo configurações diferentes. Por exemplo, a fratura do desgaste do governo pode estar presente na Itália com o desgaste social liberal do Partido Democrático, que, em parte, está na origem da emergência e do crescimento de um partido antissistema, o 5 Stelle de Beppe Grillo. O mesmo se pode